

PARECER Nº 25/2016

Manifesta-se sobre a declaração de interesse público e social do acervo arquivístico do Instituto de Arqueologia Brasileira (IAB).

1- APRESENTAÇÃO

A Portaria nº. 78, do Conselho Nacional de Arquivos - CONARQ, de 29 de julho de 2003, criou a Comissão Técnica de Avaliação, composta por Jayme Spinelli Júnior (titular) e presidente da Comissão e Maria de Fátima da Silva Morado (suplente), da Fundação Biblioteca Nacional; Beatriz Moreira Monteiro (titular) e Marcelo Nogueira de Siqueira (suplente) do Arquivo Nacional; Mônica Muniz Melhem (titular) e Cynthia Maria Aguiar Ferreira Lopes (suplente) do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) com o objetivo de realizar estudos para a declaração de interesse público e social de arquivos privados de pessoas físicas ou jurídicas que contenham documentos relevantes para a história, a cultura e o desenvolvimento nacional, tendo em vista a Resolução nº 17 de 25 de julho de 2003.

Por solicitação encaminhada ao CONARQ em 02 de março de 2016 pelo Professor Doutor Ondemar Ferreira Dias Junior, representante legal do Instituto de Arqueologia Brasileira (IAB), foi instaurado o processo nº 08062-000001/2016-DV propondo a declaração de interesse público e social do acervo inicialmente composto de 2,43 metros lineares de documentos textuais e aproximadamente 40 mil imagens digitais, além do acervo arqueológico composto por artefatos coletados. Todo este conjunto documental refere-se ao trabalho de pesquisa arqueológica, educação patrimonial e mapeamento do patrimônio imaterial do programa BR 493/RJ 109 – Arco Metropolitano do Rio de Janeiro.

Em 30 de setembro de 2016 os membros da Comissão Técnica de Avaliação, Jaime Spinelli Júnior e Marcelo Nogueira de Siqueira, realizaram visita técnica ao acervo, localizado na sede do IAB, situado à Estrada da Cruz Vermelha, nº 45, Vila Santa Teresa, Belford Roxo – RJ. Os referidos membros da Comissão foram recebidos pelo Professor Livre Docente Ondemar Ferreira Dias

Júnior, arqueólogo e Diretor-Presidente, da Professora Josefa Jandira Ferreira Dias, arqueóloga e Diretora Financeira e Diego Lacerda, assistente de marketing do IAB.

2 – O MÉRITO

2.1 – O Acervo

Inicialmente, a solicitação de declaração de interesse público e social por parte do IAB, referia-se apenas aos trabalhos de pesquisa arqueológica, educação patrimonial e mapeamento do patrimônio cultural imaterial do Programa BR 493/RJ 109 – Arco Metropolitano do Rio de Janeiro. Contudo, quando os integrantes da Comissão Técnica de Avaliação realizaram a visita técnica, perceberam que todo o acervo arquivístico da instituição deveria ser objeto do parecer, em virtude de sua importância e relação orgânica, pois a documentação produzida relativa ao referido Programa soma-se a outros conjuntos documentais de projetos e atividades desenvolvidos pelo IAB. Em virtude de tal fato e em concordância com o solicitante, este presente parecer contemplará todo o acervo arquivístico do IAB, com exceção da documentação corrente de cunho administrativo.

2.2 – Ficha Técnica

Acervo Arquivístico:

- **Gênero documental: Audiovisual**

Dimensão e suporte: 30 DVDs, 28 Fitas VHS, 50 HDs.

Datas limite: Década de 1980 – 2016

Âmbito e conteúdo: Imagens de pesquisa e trabalhos de campo, reuniões, apresentações, exposições, aulas, palestras, material didático, documentários e do processamento técnico do acervo.

- **Gênero documental: Iconográfico**

Dimensão e suporte: 6.098 diapositivos, 46.305 fotografias digitais, 12 quadros, 8 banners.

Datas limite: Década de 1960 – 2016

Âmbito e conteúdo: Imagens de pesquisa e trabalhos de campo, reuniões, apresentações, exposições, aulas, palestras, material didático, documentários e do processamento técnico do acervo.

- **Gênero documental: Cartográfico**

Dimensão e suporte: 641 mapas

Datas limite: Década de 1980 – 2015

Âmbito e conteúdo: Mapas das áreas onde foram realizadas atividades arqueológicas, mapas de relevo.

- **Gênero documental: Textual**

Dimensão e suporte: 73, 26 metros lineares

Datas limite: Década de 1960 – 2016

Âmbito e conteúdo: Relatórios finais de pesquisa, fichas dos sítios arqueológicos, fichas de ocorrência, diagnósticos, planilhas, material didático, documentos referentes à educação patrimonial, estudos sobre patrimônio imaterial, artigos, monografias, listagens de alunos, documentação administrativa.

Acervo Bibliográfico:

O IAB possui uma ampla biblioteca que teve origem na coleção particular de seu fundador e proprietário. A referida biblioteca não integra o acervo arquivístico objeto deste parecer.

Acervo Arqueológico:

O IAB mantém um acervo estimado em cerca de 850 mil artefatos. A Constituição Federal em seu artigo 216, a Lei de Arqueologia nº 3.924 de 1961 que dispõe dos monumentos arqueológicos e pré-históricos, a Portaria 230 de 2002 do IPHAN, dentre outras, cuidam para que os artefatos sejam preservados para as gerações futuras. Este referido acervo não integra o acervo arquivístico objeto deste parecer.

2.3 - Propriedade do acervo

O acervo é de propriedade do Instituto de Arqueologia Brasileira.

2.4 – Tratamento Técnico

O acervo encontra-se identificado, organizado, acondicionado e com instrumentos de pesquisa que possibilitam o acesso aos documentos e informações neles contidas.

2.5 – Condições de Acesso

O IAB possui seu acervo organizado e com instrumentos de pesquisa que possibilitam o acesso, que é mediado pelo Instituto através de agendamento prévio, sem cobrança de consultas. A O IAB autoriza a reprodução de documentos de acordo com o uso, que é basicamente acadêmico. A reprodução é feita de forma digital.

2.6 – Condições de preservação do acervo

O estado geral de conservação do acervo arquivístico do IAB é bom. Os documentos estão guardados em depósitos e salas com condições de temperatura e umidade dentro de parâmetros aceitáveis, sendo tais espaços atendidos por refrigeração. O mobiliário de guarda, bem como o acondicionamento são bons e apenas funcionários qualificados são responsáveis pelo tratamento, manuseio e movimentação. Os documentos digitais possuem cópias de segurança e metadados descritivos.

3 – O TITULAR

O Instituto de Arqueologia Brasileira (IAB), fundado em 29 de abril de 1961, é uma instituição particular de caráter científico-cultural, sem fins lucrativos, que tem por missão a dedicação integral à pesquisa, ensino e divulgação da Arqueologia brasileira. A sede do IAB, no município de Belford Roxo (RJ), é credenciada junto ao Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) para a guarda de acervos arqueológicos. Para isto, comporta atualmente dez prédios, reserva técnica, área museal, laboratórios, almoxarifados, salas de aula e alojamentos para pesquisadores visitantes, além de área específica para atividades de cunho sócio cultural.

O IAB é um centro formador de pesquisadores, e como tal, recebeu pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) o Prêmio José Reis de Divulgação Científica, em 1986. Desde 2011 oferece cursos de Pós-Graduação *latu senso*, metodologicamente desenvolvido para treinamento de profissionais em Arqueologia Preventiva feita mediante contrato. Também realiza ações de educação patrimonial, programa que já atendeu cerca de 12 mil crianças da comunidade e de cidades vizinhas da Baixada Fluminense. Além desse trabalho educativo, o IAB oferece cursos de curta duração, tendo produzido material didático como livros, cartilhas e documentários audiovisuais. O trabalho arqueológico do IAB serve também como referência ao

estudo de religiosidade afro-brasileira e seu entendimento como patrimônio imaterial da região.

O IAB iniciou suas pesquisas na área de Arqueologia preventiva em 1978, quando foi convidado pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) e Ministério das Relações Exteriores para integrar e representar o Brasil na missão de Resgate Arqueológico de Salto Grande (Uruguai). Neste projeto o IAB atuou ao lado de equipes daquele país, e ainda do Canadá, França e Estados Unidos.

No segmento da pesquisa acadêmica, em convênio com o Instituto Estadual do Patrimônio Cultural (INEPAC-RJ), manteve entre 1974 e 2012, em funcionamento no Rio de Janeiro, o Centro de Estudos Arqueológicos (CEA) na Casa da Fazenda do Capão do Bispo.

Atualmente, o IAB, que possui cerca de 20 funcionários, desenvolve atividades de Arqueologia nas áreas da pesquisa acadêmica e contratual. Planeja e executa todos os serviços relacionados à arqueologia: diagnósticos, salvamentos, resgates e monitoramentos; atividades de educação patrimonial para o empreendedor, empreiteiros e comunidades afetadas pelos empreendimentos; levantamento de dados do Patrimônio Cultural Imaterial (PCI), além de oferecer consultoria técnico-administrativa em todas estas áreas. Ao longo de 54 anos atuou nos estados do Espírito Santo, Minas Gerais, Rio de Janeiro, Acre, Amazonas, Goiás, Maranhão, Paraíba, Rondônia, São Paulo e Tocantins.

A Lei Municipal (Belford Roxo, RJ) nº 1513, de 14 de julho de 2014, reconhece o IAB como uma instituição de Utilidade Pública.

4 - CONCLUSÃO

O acervo arquivístico do IAB é extremamente relevante para a identidade nacional, por conter informações referentes a pré-história, ocupação e colonização do território brasileiro. O IAB produziu seu acervo através de estudos, pesquisas e atividades de campo de projetos como do Arco Metropolitano, Sítios Pré-Históricos do Rio Guandu, pesquisas arqueológicas em igrejas e fazendas em diversos estados brasileiros, bem como de pesquisas de salvamento e assessoria técnica para diversas atividades econômicas e de infraestrutura.

A documentação produzida pelo IAB serve como verdadeiro *modus operandi* para a Arqueologia brasileira, sobretudo por seu trabalho de campo realizado em espaços e dinâmicas

próprias e específicas do território e da história nacional. Sua documentação também vêm acompanhando as mudanças da legislação brasileira referente a Arqueologia ao longo das últimas décadas, servindo para uma compreensão da questão política administrativa referente a este fato.

Outro aspecto de suma importância é o trabalho desenvolvido pelo IAB na educação patrimonial e na difusão do conhecimento arqueológico, que tem por base sua expertise e seu acervo, fundamental para a produção de cursos e material didático.

O acervo documental do IAB também serve de base para diversas pesquisas acadêmicas e como instrumento de pertencimento e cidadania de grupos sociais e étnicos.

Em virtude de sua relevância, esta Comissão Técnica de Avaliação manifesta-se favorável à Declaração de Arquivos Privados de Interesse Público e Social do acervo arquivístico do Instituto de Arqueologia Brasileira.

Jayme Spinelli Junior
(Fundação Biblioteca Nacional)

Maria de Fátima da Silva Morado
(Fundação Biblioteca Nacional)

Beatriz Moreira Monteiro
(Arquivo Nacional)

Marcelo Nogueira de Siqueira

(Arquivo Nacional)

Cynthia Maria Aguiar Ferreira Lopes

(Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN)

Mônica Muniz Melhem

(Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN)